

CARTA DE CONJUNTURA

ANO 26 N.º 1
Janeiro de 2017



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

INDICADORES SOCIAIS

Quantos anos de vida são perdidos na expectativa de vida ao nascer, pelos homens gaúchos, devido aos óbitos por causas violentas?

EMPREGO

A retração do emprego formal prolonga-se em 2016, no RS e em suas regiões

A produção industrial no RS, em 2016, e suas perspectivas de crescimento

● Safra recorde, exportações em queda: o desempenho do complexo soja gaúcho em 2016 ●

A persistência dos efeitos da queda da indústria de transformação no RS

● Competitividade em aglomerações produtivas e Arranjos Produtivos Locais no RS ●

A evolução da economia brasileira recente revelada pela comparação de suas duas últimas Matrizes de Insumo-Produto

Quantos anos de vida são perdidos na expectativa de vida ao nascer, pelos homens gaúchos, devido aos óbitos por causas violentas?

Marilene Dias Bandeira

mariband@fee.tche.br

Pesquisadora em Estatística
da FEE

A expectativa de vida ao nascer, que representa o número médio de anos que se espera que um indivíduo viva, é um indicador estreitamente associado às condições socioeconômicas de uma região. Com o objetivo de estudar a evolução desse indicador no Rio Grande do Sul, foi elaborada uma série de tábuas de vida de 2002 a 2014 para ambos os sexos — homens e mulheres — baseada em dados de mortalidade divulgados pelo portal DATASUS e da população estimada pela FEE. Os resultados são estimativas trienais. Assim, por exemplo, o período relativo a 2014 refere-se à soma das informações dos anos 2012-14. Em 13 períodos analisados, a expectativa de vida ao nascer da população gaúcha aumentou 2,5 anos, passando de 73,41 para 75,94 anos. A análise por sexo indica que o aumento foi superior para os homens, pois evoluiu de 69,42 para 72,17 anos — um acréscimo de 2,75 anos, enquanto para as mulheres, o incremento foi de 2,19 anos, passando de 77,47 para 79,66 anos. Observa-se também que há uma diferença significativa nesse indicador de acordo com o sexo: em 2014, as mulheres esperavam viver, em média, 7,5 anos mais que homens nascidos no mesmo período. No triênio encerrado em 2014, ocorreram 244,6 mil óbitos de residentes no Estado, sendo estas quatro principais causas de morte, para ambos os sexos, as responsáveis por mais de 70% dos óbitos: doenças do aparelho circulatório, 69,0 mil óbitos (28%); neoplasias, 52,8 mil óbitos (22%); doenças do aparelho respiratório, 30,7 mil óbitos (13%); e causas externas, 23,3 mil óbitos (10%).

Os óbitos por causas externas são aqueles decorrentes de acidentes de transporte, homicídios, afogamentos, suicídios, quedas, etc. No período 2014, representaram, para os homens, a terceira causa de morte, 14% dos óbitos no período, o que significou 18,5 mil mortes — quase quatro vezes maior que o número de óbitos dessa categoria ocorrido entre as mulheres. Esse contingente de óbitos devido a causas violentas entre os homens está relacionado, principalmente, com a ocorrência de 6.677 homicídios (36% dos óbitos da categoria), 5.009 acidentes de transporte (27%) e 2.711 suicídios (15%).

Se todos os óbitos por causas externas pudessem ser evitados, a expectativa de vida ao nascer dos homens, em 2014, aumentaria de 72,17 para 74,88 anos, um acréscimo de 2,71 anos — ganho semelhante ao que ocorreu no aumento acumulado da expectativa de vida entre os períodos 2002 e 2014 (2,75 anos). Caso as doenças do aparelho circulatório e neoplasias pudessem ser eliminadas das causas de óbito dos homens, cada uma delas acarretaria apenas um aumento de dois anos e meio na expectativa de vida. Essa semelhança entre os acréscimos na expectativa de vida parecem ser contraditórios, pois se constata que o número de óbitos devido a doenças do aparelho circulatório (33,8 mil) e neoplasias (29,3 mil) são bem maiores que as mortes devido a causas externas (18,5 mil). Porém, apesar de serem mais prevalentes que os óbitos por causas externas, aquelas causas de óbito predominam entre a população com idade mais avançada, ao contrário dos óbitos por causas externas, que afetam mais os jovens, especialmente os homens, acarretando uma perda maior na expectativa de vida. Ao se desdobrarem as causas específicas dentro do grupo de causas externas, nota-se que a suposta ausência de óbitos por homicídios (sendo quase 80% deles decorrentes de arma de fogo) aumentaria a expectativa ao nascer dos ho-

mens em 1,07 ano, fazendo com que essa categoria seja responsável por 40% dos ganhos em expectativa de vida ao nascer dentro do grupo causas externas. Para que se tenha dimensão da contribuição dos óbitos referentes a homicídios na expectativa de vida ao nascer dos homens, destaca-se que a sua eliminação acarretaria o mesmo ganho que se teria caso fossem eliminados os óbitos referentes às doenças do aparelho respiratório, que levaria a 1,09 ano de redução. Ao mesmo tempo, ocorreram, no período, 16,1 mil óbitos de homens referentes às doenças do aparelho respiratório em comparação com as 6,7 mil mortes decorrentes das agressões.

Atenção especial deve ser dada aos homens jovens: um terço dos óbitos por causas externas, entre a população masculina, no período 2014, ocorreu entre as idades de 15 a 29 anos. De fato, nota-se que é preciso intensificar políticas públicas que ajudem na redução de óbitos por causas violentas, pois se tratam de causas passíveis de prevenção e que acarretam um grande diferencial nos níveis de expectativa de vida dos homens gaúchos: perda de 2,71 anos na expectativa de vida devido a essas causas.

Número de óbitos, expectativa de vida ao nascer e ganho na expectativa de vida ao nascer, por sexo, no Rio Grande do Sul — 2012-14

CAUSAS ESPECÍFICAS DE MORTALIDADE	NÚMERO DE ÓBITOS			EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER			GANHO NA EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (1)		
	Ambos	Masculino	Feminino	Ambos	Masculino	Feminino	Ambos	Masculino	Feminino
TOTAL	244.598	132.836	111.762	75,94	72,17	79,66	-	-	-
Aparelho circulatório	69.011	33.757	35.254	78,38	74,72	81,86	2,44	2,55	2,20
Neoplasias	52.844	29.254	23.590	78,44	74,73	82,00	2,50	2,56	2,34
Aparelho respiratório	30.651	16.116	14.535	76,95	73,26	80,55	1,01	1,09	0,89
Causas externas	23.299	18.509	4.790	77,70	74,88	80,30	1,76	2,71	0,64
Homicídios	7.384	6.677	707	76,58	73,24	79,79	0,64	1,07	0,13
Acidentes de transporte	6.376	5.009	1.367	76,43	72,88	79,88	0,49	0,71	0,22
Suicídios	3.434	2.711	723	76,17	72,51	79,77	0,23	0,34	0,11

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Saúde/DATASUS/SIM.

Fundação de Economia e Estatística.

(1) Expresso em anos. Excetuam-se todos os óbitos por causa específica.

A retração do emprego formal prolonga-se em 2016, no RS e em suas regiões

Guilherme G. de F. Xavier

Sobrinho

sobrinho@fee.tche.br

**Pesquisador em Sociologia
da FEE**

O ano de 2015 marcou a reversão da trajetória expansiva do mercado formal de trabalho que, no País e no Estado, perdurou por cerca de 10 anos. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, o Rio Grande do Sul perdeu, naquele ano, 103,6 mil empregos com registro — uma retração de 3,33%. Para 2016, as informações já disponíveis confirmam o prolongamento desse movimento de refluxo. Enquanto ainda não se dispõe da nova edição da RAIS, conta-se com as indicações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), também produzido pelo Ministério do Trabalho a partir de registros administrativos das admissões e desligamentos de empregados.

O Caged tem diferenças de cobertura e de precisão com relação à RAIS que fazem com que esta última seja priorizada nos estudos de longo prazo. Ademais, como o Caged não apresenta os totais de empregados (os estoques), registrando apenas os vínculos que são criados ou desfeitos, é usual que, para se obter um ponto de referência quanto ao impacto relativo das admissões e desligamentos, se combinem as duas bases, aplicando-se alguns ajustes à RAIS para aproximá-la do universo coberto pelo Caged. Esse procedimento, aqui adotado, é amplamente aceito, desde que explicitadas suas limitações.

Assim, nos 12 meses que se encerraram em novembro de 2016 — último dado disponível —, o Rio Grande do Sul registrou redução de 60 mil vínculos formais de trabalho, uma variação de -2,3%. Quando se examinam os saldos segundo o porte dos empreendimentos empregadores, verifica-se que em apenas um intervalo dimensional houve elevação de contingente, o de estabelecimentos de um a quatro empregados. Nele, geraram-se 38,5 mil postos, uma expansão de 11,2%. Todos os outros intervalos de tamanho experimentaram reduções de pessoal mais acentuadas do que os 2,3% já referidos para o total. Os cortes de mão de obra atingiram com menor intensidade as empresas de grande porte: a variação negativa menos intensa se dá no segmento de estabelecimentos com 1 mil empregados ou mais (-2,5%), seguido do intervalo anterior, que abrange de 500 a 999 trabalhadores (-3,0%).

A indústria de transformação (IT) concentrou boa parte das perdas no mercado formal gaúcho nesses 12 meses. Tendo eliminado 27,9 mil postos, respondeu por 46,4% do saldo negativo, percentual que é mais do que o dobro de sua participação na estrutura do emprego formal gaúcho (22,5%, conforme a RAIS de 2015). O segundo pior desempenho relativo é também do setor secundário: a construção civil fecha 11,2 mil postos, que equivalem a 18,7% da retração do mercado nos 12 meses considerados.

Nas diferentes regiões do território gaúcho, o impacto da conjuntura recessiva sobre o mercado formal de trabalho é diferenciado, distribuindo-se, quando se observam os 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), entre uma perda de 6,2% dos empregos no Corede Norte e um crescimento de 2,8% no Alto Jacuí. Além desse último, apenas outros cinco Coredes, aparecem com variação positiva. Em três deles, ela é muito próxima a zero: Celeiro (0,1%), Alto da Serra do Botucarai (0,2%) e Fronteira Oeste (0,2%). A seguir, tem-se o Jacuí-Centro (0,8%) e o Médio Alto Uruguai (1,5%). Entre os 22 Coredes que registraram retração, a severidade da crise é bastante variada. Seguindo-se o já referido Norte, os piores resulta-

A produção industrial no RS, em 2016, e suas perspectivas de crescimento

André Luis Contri

contri@fee.tche.br

Pesquisador em Economia da FEE

A indústria de transformação (IT), no Rio Grande do Sul, apresentou, no período de janeiro a novembro de 2016, uma queda acumulada de 4,3% na produção física em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado do ano, esse desempenho esteve ligeiramente acima da sua congênera nacional, a qual apresentou uma diminuição de 6,9% no volume de produção.

Em 2016, apenas quatro atividades industriais, no RS, apresentaram taxas positivas de crescimento, a saber: Fabricação de celulose e produtos de papel (36,9%), Metalurgia (2,7%), Artefatos de couro e calçados (2,4%) e Produtos alimentícios (1,0%). As demais atividades apresentaram queda na produção física. Esse fraco desempenho veio a se somar às quedas ocorridas em anos anteriores. Assim, quando se observam as taxas médias anuais de variação da produção física no período 2011-15, verifica-se que apenas três atividades apresentaram taxas positivas de crescimento. Como resultado, ao longo desses cinco anos, a taxa média de variação da IT foi de -2,7% a.a. (gráfico), valor muito próximo ao da sua similar nacional (-2,8% a.a.). Essas sucessivas quedas da produção física fizeram com que a produção industrial, no Rio Grande do Sul, encerrasse 2016 cerca de 9,5% abaixo do nível de 2002.

Em virtude de o parque industrial do RS representar segmentos da indústria nacional, não há como dissociar o desempenho do primeiro em relação ao segundo. Assim, a análise da evolução da produção física ao longo de uma série de tempo mais longa demonstra que os ciclos de crescimento e queda da produção industrial do Estado seguem os ciclos da indústria nacional. Em função de algumas especificidades do parque industrial instalado no RS, como, por exemplo, a elevada participação da indústria de produtos alimentícios, de máquinas e equipamentos, da fabricação de veículos automotores e também da fabricação de produtos químicos, as quais, em conjunto, representam aproximadamente 47,0% do valor da transformação industrial, os ciclos da indústria, no Estado, tendem a apresentar maiores oscilações do que a média nacional. Portanto, é no desempenho da economia nacional que se devem buscar os principais determinantes das oscilações da produção industrial do Estado.

Em que pese o fato de que as menores taxas de queda na produção verificadas em 2016 já sinalizem para uma reversão do ciclo — em 2015, a queda na produção foi de 11,5% — e na possibilidade de que ocorra algum crescimento em 2017, convém destacar que o fraco desempenho dos últimos anos acaba retirando mercados das indústrias instaladas, bem como promovendo a saída de tantas outras que não foram capazes de enfrentar a crise. Tal fato cria fissuras na estrutura industrial através da quebra de relações de encaideamento industrial, cuja superação somente se dará no longo prazo, em um novo ciclo de crescimento. Por outro lado, uma vez retomado o crescimento, tais fissuras podem gerar gargalos que venham a comprometê-lo, originando a possibilidade de se ter que substituir por importações o que antes era produzido no mercado doméstico.

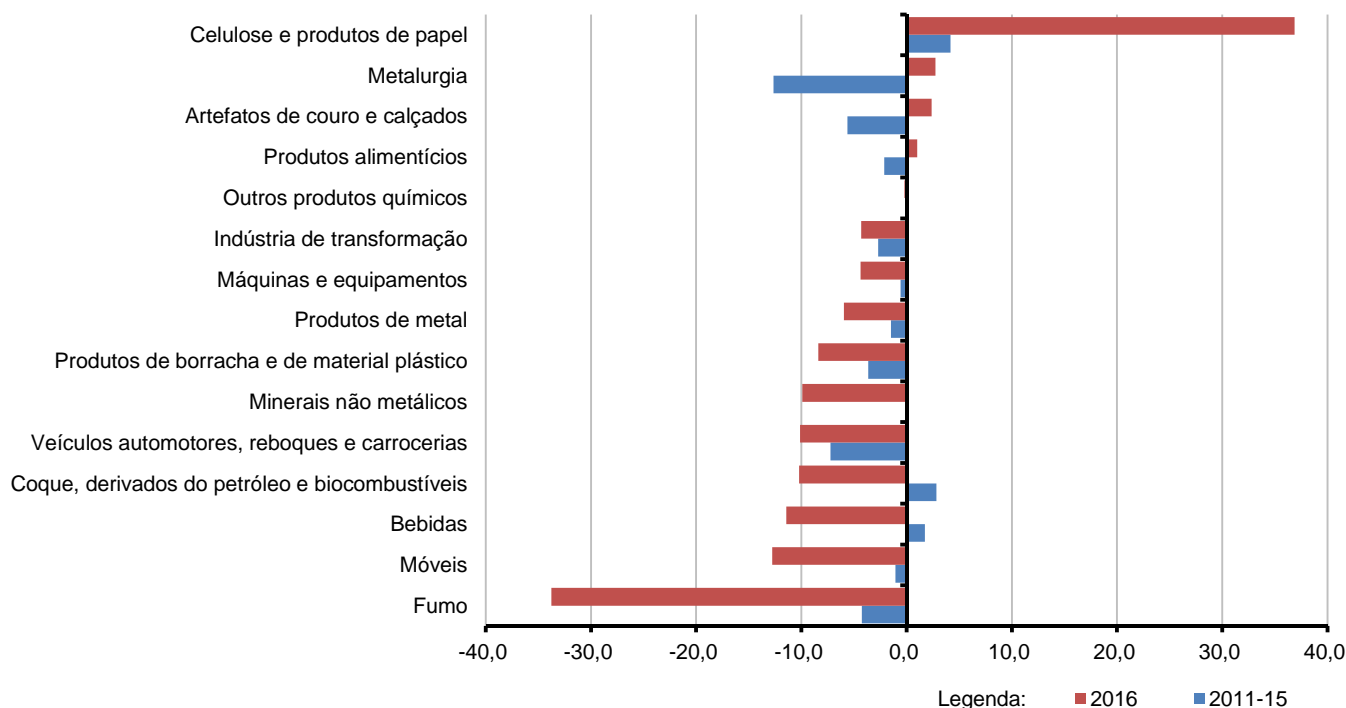
Em função da elevada participação da produção industrial no PIB estadual e também pelos seus efeitos multiplicadores, a retomada do crescimento da economia do Estado passa, necessariamente, pelo retorno do seu crescimento. Essa retomada, por sua vez, irá depender da reversão do cenário

recessivo que se tem apresentado na economia brasileira nos últimos dois anos. De forma semelhante ao que ocorre em nível nacional, até mesmo a melhora das contas públicas do Estado irá depender muito mais da retomada da atividade econômica do que de políticas de corte nos gastos públicos. Estas últimas contribuem para a redução da demanda e, conseqüentemente, também para a queda na arrecadação tributária, o que pode acabar acarretando uma deterioração ainda maior da situação fiscal do RS.

A reversão cíclica que possa recolocar o Brasil em uma trajetória de crescimento de longo prazo irá depender, no entanto, de um conjunto de elementos que vão desde a solução dos graves problemas políticos que assolam o País, a retomada dos investimentos em infraestrutura nacional e o reajuste do câmbio e dos juros, de forma a favorecer uma maior competitividade industrial. Concomitantemente, fazem-se necessárias medidas que possibilitem o reaquecimento do mercado interno e do consumo das famílias. Somente após a correção dessa trajetória, que leve a um aumento do uso da capacidade instalada e gere perspectivas de rentabilidade futura, pode-se esperar um retorno dos investimentos que estejam acima do nível de depreciação do capital existente. Por fim, convém destacar que muitas das decisões de investimentos dependem de empresas que têm seu centro de decisão fora do País, as quais, portanto, irão avaliar não apenas a estabilidade econômica nacional e o potencial de crescimento do mercado doméstico, como também as alternativas que se colocam no cenário internacional.

Esse conjunto de elementos faz com que a retomada da atividade econômica do Estado, a melhora nas condições sociais e a solução para a crise das finanças públicas estejam, em grande parte, fora do alcance das autoridades estaduais. De qualquer forma, cabe aos gestores públicos atuarem no sentido de preservar e aprimorar as áreas de educação, pesquisa, saúde, social e de infraestrutura, para que, uma vez retomado o crescimento, coloquem a economia do RS em condições competitivas no cenário nacional. Tais medidas, associadas à existência de um parque industrial diversificado e às vantagens associadas à condição de fronteira, podem favorecer a economia do Estado em um novo ciclo de crescimento.

Taxa de crescimento da produção física da indústria de transformação do RS, por atividades industriais — 2011-15 e 2016



FONTE: IBGE.

NOTA: 1. Para o período 2011-15, taxa média anual.

2. Para 2016, acumulado no ano, no período jan.-nov.

Safra recorde, exportações em queda: o desempenho do complexo soja gaúcho em 2016

Rodrigo Daniel Feix

rfeix@fee.tche.br

Pesquisador em Economia da
FEE

Na segunda semana de janeiro, a Fundação de Economia e Estatística divulgou informações detalhadas sobre as exportações de mercadorias do agronegócio gaúcho em 2016. As vendas externas do agronegócio somaram US\$ 11,0 bilhões, o que equivale a 66% das exportações totais do Rio Grande do Sul no ano passado.

Em termos setoriais, o principal destaque foi o complexo soja, que, além do grão, abrange os dois principais produtos derivados do seu processamento (farelo e óleo). As exportações gaúchas desse setor totalizaram US\$ 4,8 bilhões, valor 8,2% inferior ao registrado em 2015. No ano em que a safra gaúcha de soja, pela primeira vez, foi superior à marca de 16 milhões de toneladas, os volumes embarcados para o exterior recuaram 9,9%. Na sequência, são analisados três fatores que podem explicar esse desempenho aparentemente paradoxal observado em 2016.

Um primeiro aspecto a se destacar é o ritmo das vendas externas da safra brasileira. Mesmo com a frustração da produção nacional, nos primeiros meses do ano, os embarques do grão foram intensos, tendo-se registrado crescimento de 37% até o mês de maio. A expansão dos volumes comercializados foi sustentada principalmente pelo escoamento da safra da Região Centro-Oeste, colhida antecipadamente em relação ao Sul e ao Nordeste. A partir de junho, com a contabilização das perdas, sobretudo no Mato Grosso e na região dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (conhecida por Matopiba), os embarques contraíram. Aparentemente, houve um ajuste nas vendas externas para garantir o atendimento da demanda doméstica, criando-se um incentivo à retenção de uma parcela adicional da safra gaúcha.

O segundo fator que constrangeu as exportações gaúchas de soja foi a dimensão da safra dos Estados Unidos, principal produtor mundial da oleaginosa. A colheita da safra norte-americana é iniciada tradicionalmente em setembro, e as exportações intensificam-se nos meses seguintes, até fevereiro. Em 2016, tendo em vista a ocorrência de condições climáticas excepcionalmente favoráveis ao desenvolvimento da cultura, os recordes de produtividade e produção eram dados como certos já no mês de agosto. Essa perspectiva de crescimento da oferta acelerou a comercialização dos estoques de passagem nos Estados Unidos e reduziu a demanda pela produção sul-americana ainda disponível. Pela primeira vez, as exportações norte-americanas, no período imediatamente anterior à entrada da nova safra (meses de julho e agosto), superaram a marca de cinco milhões de toneladas, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

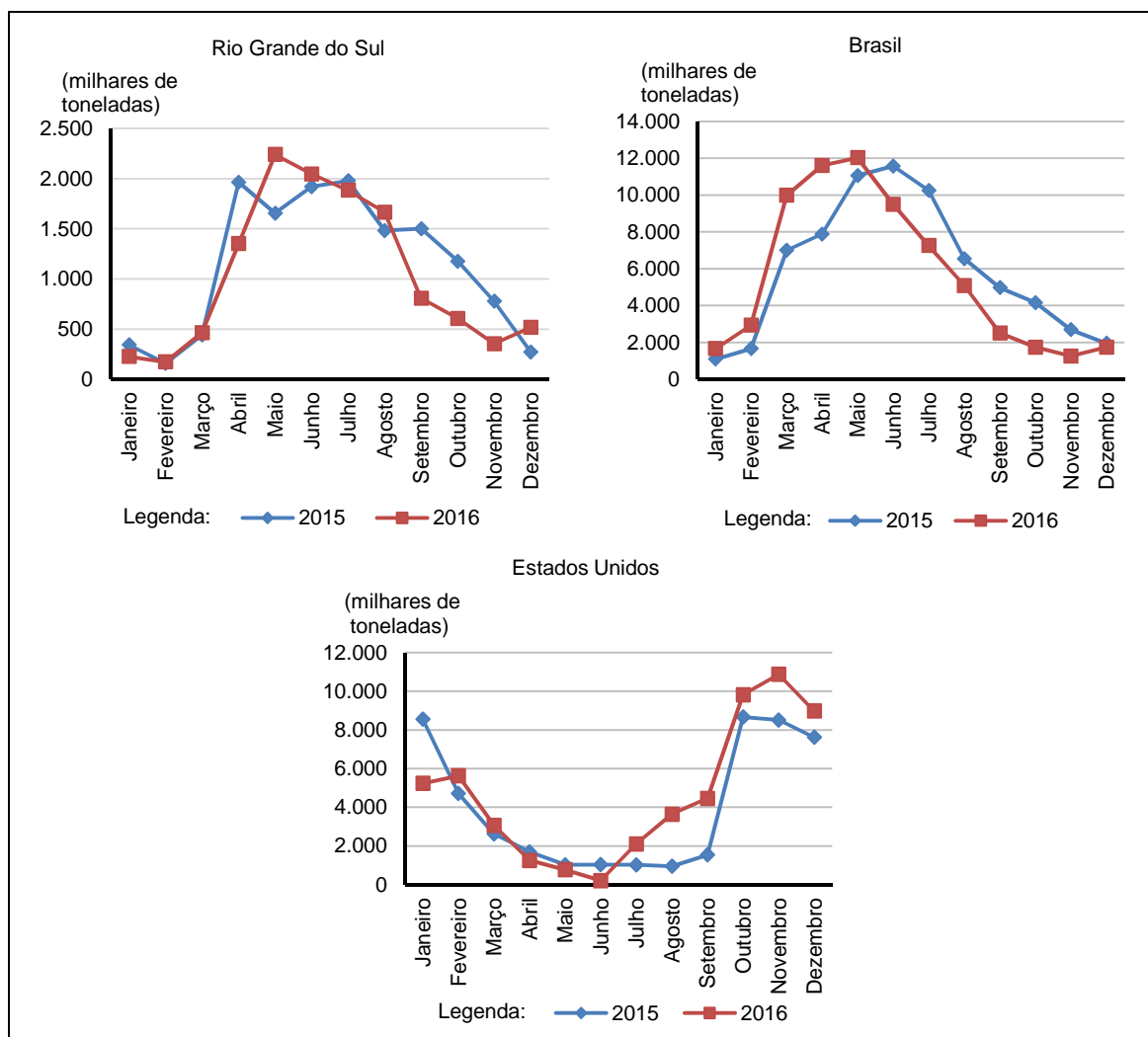
A aproximação da supersafra, nos Estados Unidos, coincidiu com a queda das cotações internacionais, que haviam atingido o ponto mais alto em junho (média de US\$ 420,03/tonelada). Até aquele momento, o crescimento da demanda externa sinalizava preços altamente remuneradores para a venda no Brasil: à valorização de 26% no preço *Free on Board* (FOB), em Paranaguá, acrescia-se a desvalorização de 10% na taxa de câmbio, comparativamente a junho de 2015. Desde então, além da queda nos preços de exportação, houve valorização da taxa de câmbio — interrompida em novembro —, o que produziu preços internos (em reais) menos favoráveis à exportação. Conformou-se, assim, uma terceira razão para a redução dos

embarques gaúchos de soja no segundo semestre. Apenas em dezembro houve uma ligeira recuperação nas vendas, insuficiente para a compensação das quedas dos meses anteriores.

Ainda que uma parcela adicional da safra gaúcha tenha sido destinada ao atendimento do mercado brasileiro, conforme sugerido anteriormente, os estoques de passagem continuam elevados no Estado. Em 2017, a perspectiva de um novo recorde de produção de soja no Rio Grande do Sul aumenta a importância do planejamento pelos atores envolvidos na atividade de comercialização. O IBGE projeta que a safra gaúcha será 1,1% superior à verificada em 2016, isso em um cenário que contempla ainda a recuperação da produção nacional (104,9 milhões de toneladas, alta de 9,6%). Se confirmado esse cenário, e a safra dos demais países sul-americanos não for severamente prejudicada pelo clima — o impacto das chuvas recentes na Argentina ainda precisa ser dimensionado —, projeta-se uma elevação na relação estoque/consumo mundial de soja. Esse seria um fator limitante à recuperação dos preços internacionais do produto no primeiro semestre de 2017. Por óbvio, há outras variáveis que influenciam as cotações e o faturamento dos produtores e dos cerealistas brasileiros, a exemplo da taxa de câmbio e das estratégias de comercialização.

Em termos mais abrangentes, tendo o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul em perspectiva, permanece o desafio de estabelecer condições internas e externas que, no longo prazo, viabilizem a conversão de uma parcela maior da safra de soja e milho em proteína animal. Em outras palavras, isso significa avançar na cadeia de valor, aumentando a participação gaúcha na produção das carnes demandadas pelos países importadores de insumos para a ração animal (a China, por exemplo). Para que isso se torne possível, é fundamental melhorar a infraestrutura logística para a exportação e, sobretudo, garantir à indústria brasileira condições isonômicas em matéria tributária e de acesso a mercados, comparativamente aos principais concorrentes internacionais.

Volumes mensais de soja exportados pelo Rio Grande do Sul, Brasil e Estados Unidos — 2015 e 2016



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

A persistência dos efeitos da queda da indústria de transformação no RS

Roberto Rocha

robertorocha@fee.tche.br

Pesquisador em Economia da FEE

Na nova série de Contas Regionais do IBGE e da FEE, o crescimento acumulado do PIB do Rio Grande do Sul entre 2003 e 2014 foi maior apenas que o do Estado do Rio de Janeiro, ocupando a 26.^a posição entre os estados brasileiros. Em uma primeira observação, esse resultado pode indicar que o nosso estado passa por uma crise crônica que o faz ser incapaz de acompanhar o ritmo da economia nacional. Entretanto, uma análise mais acurada mostra que se olharmos a série a partir de 2006, configura-se outro resultado, com o RS apresentando um desempenho melhor (21.^o) e mais próximo à média nacional, com um crescimento acumulado maior que o dos outros estados da Região Sul (Santa Catarina e Paraná) e de outras duas grandes economias estaduais (Minas Gerais e Rio de Janeiro). Entre os grandes Estados, o RS ficou atrás apenas de São Paulo. Compreender o que ocorreu no RS, tanto nos anos iniciais da série quanto na sua persistência no tempo é importante, principalmente devido aos seus efeitos sobre o PIB *per capita*, sobre a participação do Estado na economia nacional e sobre a arrecadação de impostos.

A primeira suspeita obviamente recai sobre a estiagem que se abateu sobre o Estado em 2004 e 2005, provocando severas perdas para a agropecuária. Entretanto, ela recuperou essas perdas em 2006 e exibiu um crescimento acumulado superior ao brasileiro de 2003 a 2014, mesmo com outra estiagem severa em 2012. Dessa forma, as perdas agrícolas decorrentes de problemas climáticos não podem explicar diretamente o desempenho gaúcho durante todo o período.

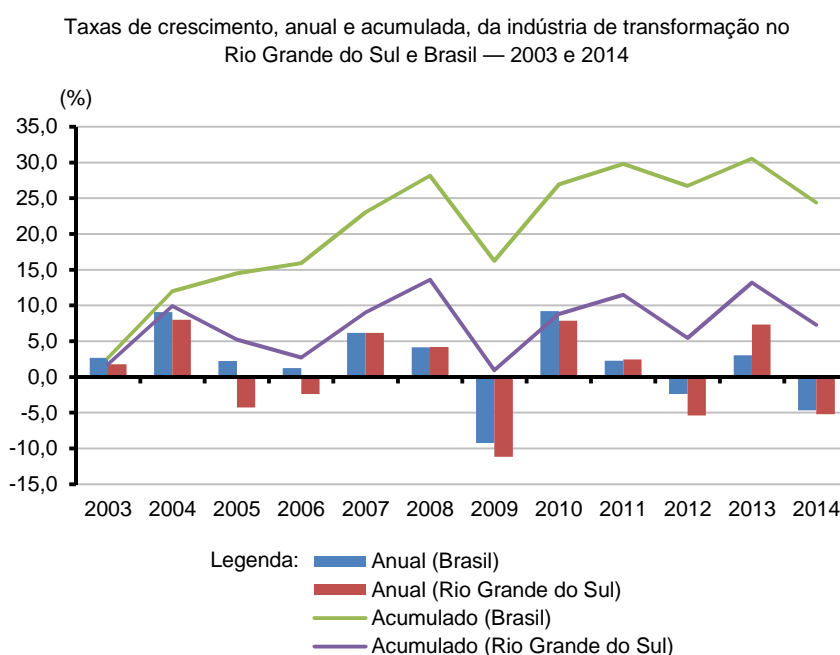
No gráfico, podemos ver que a indústria de transformação gaúcha teve desempenhos negativos em 2005 e 2006, enquanto o desempenho brasileiro, apesar de pequeno, foi positivo. Como o diferencial observado com o desempenho nacional não foi recuperado nos anos subsequentes, e, a partir de 2007, a indústria de transformação do RS e do Brasil tiveram desempenhos bastante similares, é na queda especificamente local da indústria de transformação desses anos que se encontra a maior diferença acumulada no PIB para o conjunto da série. Por que, nestes dois anos (2005 e 2006) especificamente, as atividades industriais se descolaram do desempenho do restante do País? Apesar de ser comum a ideia de que a valorização da taxa de câmbio está associada ao desempenho negativo da indústria gaúcha, ela não explica o porquê da retomada industrial a partir de 2007, mesmo com o câmbio valorizando-se até a crise de 2008 e em 2010 e 2011.

Se, além da seca e do câmbio, observarmos a redução da taxa de formação bruta de capital fixo nacional e o comportamento dos preços agropecuários, principalmente o da soja, nos anos de 2005 e 2006, poderemos acrescentar uma hipótese multicausal para o que aconteceu nesses anos e, assim, compreender melhor a dinâmica interna da nossa economia. A indústria de transformação é impactada diretamente de duas formas pela produção agropecuária: a montante, acarretando uma redução de demanda por insumos, e a jusante, provocando uma redução de oferta agrícola. A valorização da taxa de câmbio aumenta a concorrência externa aos produtos industriais, prejudicando tanto suas vendas internas quanto suas exportações. A redução do investimento nacional diminui a demanda por bens de capital

e sua cadeia de fornecedores. A queda dos preços internacionais, combinada com a valorização do real, reduz a renda agrícola mediante a queda do valor da produção.

O efeito da estiagem é local, e sua duração por dois anos amplificou o impacto da demanda sobre o setor de insumos. Os efeitos do câmbio e do investimento nacional impactaram toda a indústria nacional, mas, ainda mais, a indústria gaúcha devido à especificidade de sua estrutura. O efeito da queda de preços da soja, apesar de atingir todo o País, atingiu mais o Estado porque esta veio combinada com a redução da quantidade, causada pela estiagem. Ao atingir um contingente significativo de ocupados no RS, a queda de renda reduziu a demanda por bens locais, e, mais fortemente, por bens de capital (máquinas e implementos agrícolas). A importância do efeito-renda é corroborada pelo desempenho inferior do comércio gaúcho comparado ao nacional até 2009. Outra forma de vermos a questão é compararmos o que ocorreu depois da seca de 2012 com a rápida recuperação decorrente da elevada capitalização do setor agrícola e do nível alto de preços da soja em 2012.

Entre os resultados do menor nível no volume do PIB do RS no período, a partir da queda da indústria de transformação gaúcha, a diminuição da arrecadação de impostos é que tem um significado mais direto para a atual situação fiscal do Estado. Como mais de 45% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é arrecadado pela indústria de transformação, o fato de a taxa acumulada pela indústria estar 70% inferior à brasileira ao longo do período de 2003 a 2014 indica uma potencial perda de arrecadação que poderia minorar as dificuldades fiscais do Estado e dos municípios. O efeito estrutural das consequências dessa queda e o caráter exógeno das causas do problema revelam a dificuldade de os governos estaduais e municipais mitigarem sozinhos suas consequências. Problemas como esses deveriam receber um tratamento diferente da Federação, sendo um dos objetos de um redesenho do pacto federativo.



FONTES DOS DADOS BRUTOS: IBGE.
FEE.

Competitividade em aglomerações produtivas e Arranjos Produtivos Locais no RS

Rodrigo Morem da Costa
morem@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

Em novembro último, uma equipe de pesquisadores da FEE publicou o *e-book* *Agglomerações e Arranjos Produtivos Locais no Rio Grande do Sul*, que faz uma síntese de estudos realizados em 11 aglomerações produtivas (APs) e Arranjos Produtivos Locais (APLs) do RS. A pesquisa originou-se de uma solicitação do Governo do Estado por informações e análises para subsidiar a elaboração de ações de apoio no âmbito do Projeto de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais. Procurou-se identificar APs industriais nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e selecionar para estudo — por critérios de importância estratégica — casos que possuíssem potencial para contribuir para o desenvolvimento econômico das respectivas regiões. Objetivou-se investigar a aderência das APs selecionadas ao conceito de APL; delinear a cadeia produtiva dessas aglomerações e analisar os fatores determinantes da competitividade das empresas; e sugerir ações para o seu desenvolvimento. Os casos estudados foram: instrumentos médicos (Cidade de Pelotas), gemas e joias (Alto da Serra do Botucaraí), máquinas agrícolas (Central e Jacuí-Centro), máquinas agrícolas (Alto Jacuí e Produção), componentes eletrônicos (Metropolitano Delta do Jacuí e Município de São Leopoldo), máquinas-ferramenta (Vale do Rio dos Sinos e municípios adjacentes), setor automotivo (Serra), móveis (Serra), calçados (Vale do Rio dos Sinos e Paranhana-Encosta da Serra), laticínios (Fronteira Noroeste e Celeiro) e laticínios (Vale do Taquari). Este drop foca a apresentação das vantagens e dos gargalos à competitividade que se repetiram com maior frequência nesses casos, pois refletem vetores gerais incidindo sobre a indústria gaúcha.

A relevância das políticas para os APLs, enquanto instrumentos de desenvolvimento setorial e regional, reside nos benefícios proporcionados pela aglomeração de empresas de uma mesma atividade. Sob a ótica teórica, APs e APLs permitem a criação de sinergias — economias externas — a partir da escala de mercado gerada, possibilitando a instalação de fornecedores de insumos, de máquinas e equipamentos e de serviços, assim como a formação de um mercado de trabalho com mão de obra qualificada, voltados às necessidades da produção local. Isso gera benefícios, como acesso a recursos específicos, troca de conhecimentos produtivos e comerciais, maior visibilidade política ao pleito de demandas junto ao poder público, entre outros. A proximidade também facilita a interação e a cooperação para a solução de problemas comuns, com base no capital social e na cultura compartilhada. Em especial, no processo de desenvolvimento de inovações, as interações entre os atores são fundamentais devido às trocas de recursos e de conhecimentos científicos e tecnológicos. A apropriação desses fatores pelas empresas eleva sua competitividade — sendo particularmente importantes para as de micro e pequeno porte, que possuem maiores dificuldades em investir na formação de suas capacitações produtivas e tecnológicas — proporcionando aumentos de produção, emprego e renda, contribuindo, dessa maneira, ao desenvolvimento econômico regional. O Rio Grande do Sul, inclusive, foi pioneiro, no Brasil, na aplicação deste tipo de política desde 1999, sendo seguido pelo Governo Federal a partir de 2004.

As análises dos casos pesquisados revelaram que as vantagens competitivas mais frequentes residem nas economias de aglomeração. Os entrevistados destacaram o apoio das instituições locais, especialmente as de ensino

e pesquisa (públicas ou privadas), de treinamento profissional e de assessoramento. Essas formam recursos humanos qualificados, realizam pesquisas e desenvolvem tecnologias, transferindo-as às empresas, além de prestarem serviços tecnológicos através do acesso à sua infraestrutura de laboratórios. Foi apontado que as funções desempenhadas por essas organizações gaúchas efetivamente contribuem para a competitividade das empresas. Os atores locais relataram que existe disponibilidade de trabalhadores aptos para a realização de tarefas de menor complexidade e sofisticação na produção e, sobretudo, para a fabricação de produtos tradicionais das APs e dos APLs pesquisados. Algumas empresas de grande e médio porte de setores intensivos em tecnologia — como o automotivo e o de máquinas agrícolas — também conseguem possuir capacitações próximas à fronteira tecnológica de suas atividades. Contudo, essa realidade não é comumente partilhada pelas empresas menores da mesma AP ou do mesmo APL.

Dentre os limitantes à competitividade indicados reiteradamente, especialmente para as micro e pequenas empresas, elencam-se dificuldades que se devem: à baixa capacitação em técnicas de gestão e de comercialização; ao acesso restrito às linhas de crédito; à ausência de fornecedores locais para determinados insumos — sobretudo para aqueles de maior complexidade tecnológica, com destaque para os componentes eletrônicos, requerendo sua importação de outros estados ou do exterior; à insuficiência financeira para a aquisição de máquinas e equipamentos tecnologicamente atualizados; aos baixos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D); à baixa frequência na interação universidade-empresa para o desenvolvimento de inovações tecnológicas; e ao elevado custo de logística. Assim, em alguns casos, encontram-se limitações nas capacitações das empresas, como defasagens tecnológicas em produtos e processos produtivos, baixa disponibilidade de trabalhadores com determinadas qualificações, entre outras, que dificultam a inserção em segmentos de mercado de produtos de maior valor agregado, mesmo em setores tradicionais (por exemplo, gemas e joias). Somam-se a isso alguns obstáculos que limitam a cooperação em APLs, destacando-se as dificuldades para integrar as micro e pequenas empresas com as de maior porte, a ocorrência de acirrada competição através de estratégias de baixo custo e baixo preço em determinados nichos de mercado; e a fragilidade da governança estabelecida quanto à sua capacidade de representar os interesses dos diferentes grupos de atores locais.

Resumidamente, esses foram os determinantes da competitividade mais frequentemente encontrados nos casos estudados, indicando algumas das questões a serem tratadas. Nesse rumo, ressalta-se a necessidade de ampliar o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico no Estado e à sua difusão entre as empresas gaúchas. Evidentemente, as vantagens e os obstáculos apontados variam em importância e intensidade de seu impacto sobre a competitividade, estando detalhados nos estudos individuais. Alinhada à missão da FEE, espera-se que o *e-book* e os demais produtos da pesquisa contribuam à elaboração de ações, pelos poderes públicos e pelos atores locais, voltadas ao desenvolvimento econômico de cada AP ou APL, além de servirem como fonte de informações à comunidade acadêmica, estando os mesmos disponibilizados na *internet*.

A evolução da economia brasileira recente revelada pela comparação de suas duas últimas Matrizes de Insumo-Produto

Carlos Aguedo Nagel Paiva
cpaiva@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

Em outubro de 2016, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a nova Matriz de Insumo-Produto (MIP) nacional. A MIP é um painel sistemático e integrado da economia. As colunas representam os setores demandantes, e as linhas, os setores ofertantes. Os setores-linha são ordenados do Setor Primário ao Terciário. O valor total do produto de cada setor corresponde à soma do valor alocado em cada coluna-cadeia mais o consumo e investimento final das famílias. O valor total do produto de cada coluna-cadeia é o valor dos insumos adquiridos dos diversos setores mais os rendimentos dos trabalhadores e empregados (que se transformarão no consumo e investimento das famílias). O somatório dos valores de colunas e linhas é o mesmo, por definição, mas como as fontes de informação são díspares e distintas, no início do processo de cálculo, os valores podem apresentar divergências. A produção da MIP envolve a análise crítica dos dados estatísticos obtidos em separado e de forma individual. Não é raro que a produção da MIP traga à luz inconsistências em informações estatísticas parciais, que portavam algum viés (em função do padrão de coleta ou sistematização), mas que se mantinham inaparentes até que o exercício de totalização e sistematização as revelassem.

Um instrumento tão rico tem um custo: produzir uma MIP é trabalho de anos. A MIP lançada em 2016 toma por referência o ano de 2010. A MIP anterior (com menos setores) foi lançada em 2008 e tem por referência o ano de 2005. Além disso, ao longo desses cinco anos, passamos por um processo inflacionário interno, os preços relativos alteraram-se, o salário real elevou-se, houve uma crise internacional que impôs uma forte flutuação cambial, mas, ao fim e ao cabo, a moeda nacional sofreu forte apreciação real. Ao longo dos cinco anos, a relação real/dólar em Paridade do Poder de Compra (com referência a 1.º de julho de 1994) passou de R\$ 1,0276 = US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2005 para uma relação de R\$ 0,6727 = US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2010. A evolução do câmbio real e a comparação dos valores monetários das duas MIPs toma o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indicador de inflação e deflator. A despeito do deflator implícito do Produto Interno Bruto (PIB) ser mais amplo e estar diretamente vinculado à MIP, o IPCA apresenta uma dinâmica muito próxima e é mais adequado para avaliar a evolução do salário real.

Nosso objetivo analítico foi avaliar a relação entre a valorização real da moeda brasileira e a ampliação da abertura da economia para importações. Nossa hipótese era de que, com a crescente exposição competitiva cambial, aumentaria o componente importado, em especial dos insumos intensivos em mão de obra. Como resultado, uma variação de demanda autônoma de R\$ 1 bilhão, seja em exportações (X), seja em investimentos — formação bruta de capital fixo (FBKF) —, geraria menos emprego em 2010 do que gerava em 2005. Os resultados estão expostos na tabela.

Desde logo, chama atenção a evolução contrastante das exportações (X) e da FBKF em valores absolutos entre 2005 e 2010 (R\$ bilhões). Enquanto as exportações totais cresceram 3,37%, a FBKF cresceu 97,28%. Mais do que a crise de 2008 (que também deveria deprimir os investimentos), a *performance* inferior das exportações parece dizer respeito à evolução do câmbio. É isso que as demais colunas da tabela nos revelam.

Ao testarmos a resposta da economia a uma variação de demanda externa (X) ou interna (FBKF), notamos uma queda expressiva na geração de produto interno em relação a 2005. Nesse ano, a cada R\$ 1 bilhão de acréscimo de demanda sobre as exportações ou a FBKF, aproximadamente três quartos eram canalizados para o mercado interno e um quarto se evadia como importação. Em 2010, a absorção caiu em torno de 20%, ficando pouco acima dos 60%. Os setores **exportadores tradicionais** (exportações exceto indústria extrativa mineral) foram os que apresentaram o maior índice de desnacionalização de insumos: as importações corresponderam a 21,6% do Valor Adicionado Bruto (VAB) e subiram para 38,6%.

Como não poderia deixar de ser, os vazamentos de demanda terão impacto similar sobre o emprego, mas, ao contrário do que outras estatísticas vêm indicando e tal como prevê a teoria econômica, a queda relativa do emprego mostra-se maior do que a queda relativa do VAB. Afinal, numa situação de pressão competitivo-cambial e de elevação dos salários reais (vide a última coluna da tabela), a queda de rentabilidade dos setores *tradables* intensivos em mão de obra é inexorável, convergindo para os segmentos de maior produtividade. Nesse caso, a elevação da taxa de salário real não se converte em elevação da participação da massa salarial na renda e do multiplicador da economia. De fato, a MIP 2010 aponta para uma significativa elevação da produtividade do trabalho nos setores *tradables*. Dada a manutenção da política cambial e do afrouxamento recente da política industrial de defesa do componente nacional, é muito provável que esse processo tenha se aprofundado ainda mais de 2010 até a atualidade. Se isso de fato ocorreu, é hora de reavaliarmos os determinantes da (nova) década perdida. Por enquanto, o que é certo é que as críticas dos novo-desenvolvimentistas ao real forte ganham um expressivo aliado com a MIP 2010.

Comparação da estrutura e impactos das variações das exportações e da força bruta de capital fixo (FBKF) segundo as Matrizes Insumo-Produto brasileiras — 2005 e 2010

EXPORTAÇÃO VERSUS FBKF	VALORES ABSOLUTOS (R\$ bilhões) (1)		IMPACTO DO ACRÉSCIMO DE R\$ 1 BILHÃO NA DEMANDA POR EXPORTAÇÕES E POR FBKF						CARACTERÍSTICAS DOS NOVOS EMPREGOS			
	2005	2010	VAB (R\$ milhões) (1)		Empregados		Massa Salarial (R\$ 1.000) (1)		Produtividade do Trabalho		Salário Real Médio	
			2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010
Exportação												
Total	324,07	335,00	783,13	624,18	40.011	27.650	327,88	244,82	19.572,99	22.574,32	194,86	8.854,25
Exceto indústria extrativa mineral	284,60	272,09	783,79	613,83	43.465	32.235	342,14	266,29	18.032,67	19.042,35	7.871,65	8.260,90
Somente indústria extrativa mineral	39,47	62,90	778,38	668,92	15.101	7.818	225,06	151,95	51.544,68	85.561,52	14.903,47	19.435,92
FBKF												
Total	283,33	558,93	721,20	627,96	39.760	29.758	283,68	278,26	18.138,86	21.109,58	7.134,92	9.355,26
Exceto agropecuária e construção civil ...	131,52	252,51	582,21	608,88	35.451	21.861	259,55	289,90	16.423,03	27.859,74	7.321,51	13.267,17
Somente agropecuária e construção civil	151,81	306,42	841,61	645,64	41.470	36.327	304,59	269,52	20.294,60	17.763,72	7.344,83	7.417,05

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Matriz de Insumo-Produto de 2005 e de 2010.

(1) Em valores de 2005.

www.fee.rs.gov.br

 /fundação.rs |  @fee_rs

 @fundação.rs

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 24.01.17).

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1517-7262

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: José Reovaldo Oltramari
Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari
Diretora Administrativa: Daniella Baldasso

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jéfferson Augusto Colombo, Marcos Vinício Wink Junior e Vanlei Zanin
Revisão e editoração: Tatiana Zismann